

COM A LUTA DERROTAMOS A MEIA HORA!

O governo e o patronato foram obrigados a retirar a proposta de lei com que pretendiam impor mais duas horas e meia de trabalho por semana, à borla.

Esta importante vitória foi conseguida na sequência da grandiosa greve geral de 24 de Novembro; das lutas realizadas nas empresas e nos sectores; dos milhares de pareceres aprovados, rejeitando o aumento do horário de trabalho e dos abaixo-assinados e outros compromissos de resistência e de luta assumidos pelos trabalhadores, empresa a empresa.

Foi uma importante vitória dos trabalhadores e de todos aqueles que se empenharam na denúncia e se opuseram com firmeza àquilo que, se tivesse ido para a frente, seria um retrocesso civilizacional sem precedentes.

Com a derrota deste projecto, foram também derrotadas as manobras intimidatórias de algum patronato, que já dava como adquirido o aumento da jornada de trabalho.

É preciso estar alerta e denunciar todas as situações de abuso e prepotência patronal que ainda possam existir.

Ficou assim mais um vez confirmado, que vale a pena lutar.

Vencida esta batalha, não podemos descansar.

O grande patronato e o governo não desistiram, nem da política de austeridade, nem do ataque aos direitos, com novas tentativas de alteração da legislação laboral.



A prova disso mesmo, é o «acordo» assinado pelos mesmos de sempre, cujo conteúdo constitui um autentico banquete para os patrões e um retrocesso para os trabalhadores e as suas famílias.

Com a luta alcançaremos outras vitórias!

Tal como enfrentámos e derrotámos o projecto da meia hora, também este brutal pacote anti-social será confrontado com a resistência e a luta dos trabalhadores.

Vamos pois participar em força na

Grande manifestação

Dia 11 de Fevereiro, no Terreiro do Paço, em Lisboa.



NÃO AO «ACORDO» DE AGRESSÃO AOS TRABALHADORES

O conteúdo deste manual de más intenções não é novo. Muito do que ele contém inspira-se na situação existente antes do 25 de Abril e no programa da Troika e já fazia parte do pacote de medidas de austeridade, denunciado e repudiado pelos trabalhadores nas grandes manifestações dos últimos meses e na greve geral.

O que é novo é a forma de «compromisso», negociado e assinado nas costas dos trabalhadores, com que os parceiros comprometidos pretendem legitimar o corte de direitos, o roubo de salários e pensões, a diminuição do subsídio de desemprego e o empobrecimento dos trabalhadores e do País.

Se pensam que é com a mudança de nome e com acordos de favor que nos vão desmobilizar, estão enganados. Os trabalhadores vão continuar a lutar com todas as suas forças contra a exploração, contra as injustiças e as desigualdades e pela defesa dos direitos, que levaram muitos anos a conquistar e custaram muitos sacrifícios.

O conteúdo da agressão que é preciso derrotar!

Entre as muitas malfeitorias aos trabalhadores e benesses ao grande patronato, inscritas nas 52 páginas do «acordo», lá se encontram:

- Facilitação dos despedimentos e a diminuição das respectivas indemnizações;
- Redução do subsídio de desemprego;
- Corte de 3 dias de férias e 4 feriados;
- Redução do pagamento das horas extra para metade, estabelecendo um limite de 50% (sábado e dia feriado);
- Banco de horas imposto unilateralmente, à margem da contratação colectiva (que pode traduzir-se em sábados de trabalho à borla);
- Perda do sábado e domingo (ou outros dias de descanso) em caso de falta à 6.^a ou 2.^a feira. O mesmo para os dias feriados;
- Imposição pela entidade patronal do fecho da empresa nas pontes com desconto nas férias;
- Eliminação do descanso compensatório por trabalho extraordinário;
- Liquidação da contratação colectiva e a sua substituição pelas relações individuais de trabalho;
- A descapitalização da Segurança Social, obrigando-a a financiar as empresas para baixar os salários e generalizar a precariedade, contribuindo para aumentar o desemprego.



**«ACORDO» PARA
MAIS EXPLORAÇÃO?**

Tudo isto é um atentado ao progresso, ao desenvolvimento e à dignidade humana.

Não à exploração, às desigual

ATENÇÃO! O «ACORDO» NÃO É LEI

Uma vez mais alertamos para que ninguém se deixe enganar pela violenta campanha de mistificação que pretende apresentar o texto do dito «acordo» como sendo um caso arrumado.

Para já, trata-se de uma declaração de guerra aos trabalhadores, cujo conteúdo para ser transformado em lei tem de passar pelo processo legislativo na Assembleia da República:

Todas as alterações à legislação laboral têm de ser postas em discussão pública na qual temos o direito e o dever de participar e só entram em vigor após a assinatura do Presidente da República, podendo ainda passar pelo crivo do Tribunal Constitucional.

Tal como aconteceu com a meia hora, a luta será determinante para os obrigar a recuar antes que os objectivos do «acordo» se tornem lei.

A CGTP-IN e os seus sindicatos Honram os seus compromissos

No pré-aviso de greve conjunto que, a CGTP-IN subscreveu para a Greve Geral, afirma-se o compromisso de "combater a desregulamentação laboral que vem sendo apontada, particularmente a nível dos despedimentos, das indemnizações, das reduções no subsídio de desemprego e nas horas extraordinárias e da fragilização da contratação colectiva, enquanto instrumento de progresso social"...

Isto foi há 3 meses.

A CGTP-IN assume e honra os seus compromissos com os trabalhadores ... quanto a outros, que sejam os trabalhadores a tirar as suas ilações.

Não há dúvidas. O «acordo» só responsabiliza quem o assinou!

UNIDADE NA ACÇÃO NOS LOCAIS DE TRABALHO E NA LUTA GERAL

Esta ofensiva contra os salários e os direitos sociais e laborais atinge todos os trabalhadores e trabalhadoras. Por isso todos devem estar unidos na acção colectiva e na luta contra a exploração, para impedir o retrocesso das condições de vida e de trabalho.

Nos momentos difíceis que atravessamos é preciso não esquecer que da unidade na acção depende a força dos trabalhadores.



dades e ao empobrecimento

É mesmo necessário o aumento do salário!

O aumento do custo de vida neste início de 2012 é brutal.

Tudo tem aumentado, menos os salários.

Os impostos, taxas moderadoras, transportes, combustíveis, electricidade, bens alimentares e serviços em geral aumentaram muito mais do que mostram as estatísticas oficiais.

O corte no subsídio de Natal, nas pensões e subsídios sociais, o atraso nos aumentos salariais agravaram ainda mais drasticamente o poder de compra dos, já de si magros salários praticados nos sectores produtivos.

Enquanto isto, o patronato boicota a negociação da contratação colectiva com o propósito de entravar a revisão dos salários e, ao mesmo tempo, liquidar os direitos consagrados.

Esta é uma situação inaceitável que só pode ser vencida pela acção da força dos trabalhadores organizada no Sindicato, nos locais de trabalho.

Por isso é necessário que os trabalhadores em cada empresa se unam para reivindicar um aumento salarial que reponha o poder de compra perdido e melhore as condições de vida e de trabalho.



Reivindicar aumento salarial é um acto necessário, solidário e patriótico

- Necessário para melhorar as condições de vida de quem já não tem mais para cortar;
- Solidário porque só o aumento do salário pode levar ao reforço da Segurança Social de que dependem os trabalhadores quando estão desempregados, ou reformados. Solidário ainda porque só assim se pode combater a pobreza;
- Patriótico, porque só a melhoria do poder de compra pode dinamizar a produção, viabilizar as empresas, criar emprego e contribuir para o desenvolvimento do País

11 de Fevereiro — TERREIRO DO PAÇO - LISBOA

GRANDE MANIFESTAÇÃO NACIONAL

Concentração: Distrito de Lisboa: Restauradores
14h30 Outros distritos: Santa Apolónia

Outra política é possível e necessária!



Fiequimetal

